

D Avelar Brandão defende convocação da Constituinte

Salvador — O Cardeal Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, defendeu, em entrevista, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, afirmando que "esta é uma idéia que deve ser estudada com muito carinho, porque nela pode estar a plenificação da marcha do aperfeiçoamento democrático".

O Cardeal disse ser importante "se criar uma consciência nacional em prol da eleição direta de 82", que ele definiu como "uma evolução, uma etapa nova na vida do país, que me parece uma decisão irreversível". Para Dom Avelar, é uma aspiração dos brasileiros esclarecidos "se encontrar caminhos para a revisão plena e geral da Carta constitucional vigente, sem traumatismo e abalos sísmicos".

VÍCIOS E FALHAS

Segundo o Arcebispo Primaz do Brasil, a Assembleia Constituinte deixou de ser assunto partidário "e passa a ser estudada por setores independentes que apreciam a evolução do processo de aperfeiçoamento democrático". A ele e à Igreja o debate da Constituinte interessa, porque "me preocupa o aspecto pastoral do problema de encontrar caminhos mais aptos ao bem-estar do povo brasileiro", observou.

Destacou o Cardeal que "depois da experiência ditada por circunstâncias históricas que não vale a pena recordar, todos os brasileiros esclarecidos sentem que há necessidade de que a Constituição do país seja escolmada de todos os vícios e falhas que significam restrição ao justo exercício da liberdade dos cidadãos".

— É a partir desse dado, desta observação — prosseguiu Dom Avelar — que se sente que mais cedo ou tarde deveremos ter uma Carta Constitucional segundo as tradições brasileiras, porque vivemos inegavelmente um momento de exceção. Devemos, então, com a visão segura, partir para as modificações que se devem introduzir de natureza política, com repercussão também nos setores social e econômico.

VÁRIAS HIPÓTESES

Disse Dom Avelar que entre as correntes de pensamento há mais de uma hipótese para se chegar ao objetivo de revisão da Carta constitucional vigente. "Uns temem que os mecanismos existentes possam não dar a liberdade plena de movimentação aos candidatos e outros podem querer prevalecer-se de métodos casuísticos, criando reações no setor da Oposição", explicou.

— Naturalmente o debate é

livre sobre a matéria e quando um assunto está em debate ele se abre em forma de leque, em todas as direções. Mas o debate é que é útil, necessário mesmo, ainda que assuma posições um tanto quanto exclusivista — comentou Dom Avelar.

Voltando a abordar a sua posição, disse o Arcebispo Primaz do Brasil que "não posso me colocar em relação à Constituinte dentro de uma visão partidária ou passional do problema, porque não pertencço ao Partido do Governo, nem a um dos Partidos de Oposição".

Para ele, contudo, existem medidas a serem tomadas antes da convocação da Assembleia Constituinte.

— Primeiro, que o Governo trate de eliminar tudo aquilo que possa estabelecer estrangulamentos a livre circulação de idéias, ao tempo das propagandas eleitorais, de tal modo que tanto os candidatos do Governo quanto os da oposição tenham os mesmos direitos de acesso aos meios de comunicação social.

— Segundo, que o povo brasileiro vá se preparando desde já para eleger candidatos com poderes constituintes, porque assim poderá atender ao duplo anseio, de uma parte e de outra. No mais, seria o debate aberto e franco no Congresso que for eleito. Muitas idéias seriam confrontadas e se procuraria melhorar o conteúdo e o funcionamento da Carta maior do país.

O MESMO EFEITO

Disse Dom Avelar ter conhecimento de outras hipóteses para se chegar à Assembleia Nacional Constituinte. "No entanto, não sei se elas são tão evidentes quanto este caminho que estaríamos sugerindo". Ele acredita que "eleger o Congresso de 82 com poderes constituintes, pode ter o mesmo efeito para uns e outros, sem trepidações e traumatismos".

— Esta minha opinião, repito, tem um caráter pastoral, segundo o princípio de tentarmos solucionar os problemas ligados à plenitude democrática do país, sem abalos sísmicos que possam abalar a sociedade brasileira, já tão sobrecarregada de problemas graves. Evidente que esta é uma intuição de quem não é profissional da espécie, e outros caminhos mais claros e objetivos poderão surgir neste campo.

— Nesta primeira fase, o debate é importante e as teses todas devem ser apresentadas, para haver um teste nacional quanto aos novos caminhos que o Brasil deve percorrer — finalizou o Cardeal.

Arquivo — 6/6/80



D Avelar Brandão quer também a livre circulação de idéias

Cardeal recebe padre e prefeito

Mesmo tendo ouvido separadamente o Padre Aldo Luccetta e o Prefeito de Riacho de Santana, Sr Alcides Coutinho — ambos há algum tempo trocam acusações, com o Prefeito taxando o religioso de subversivo e de pregar o amor livre e este rebatendo com denúncias de grilagem de terras — o Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Cardeal Avelar Brandão Vilela, disse, ontem à noite, que será necessário um novo encontro com as partes até atingir um clima que permita o diálogo e o fim das desavenças.

Foram gastas mais de 10 ho-

ras nas conversas em separado do Cardeal com o Prefeito (pela manhã) e com o Padre Aldo Luccetta (desde a tarde até à noite). Ao Prefeito, o Cardeal recomendou "evitar denúncias não comprovadas para não criar um clima de intolerância e muito menos de beligerância". Quanto ao Padre, Dom Avelar declarou que não permitiria "que se faça injustiça contra quem quer que seja" ao responder a uma pergunta sobre a possibilidade de expulsão do país do religioso, com base no Estatuto dos Estrangeiros.

Numa carta publicada nos

principais jornais desta Capital, o Prefeito de Riacho de Santana acusou o Padre Luccetta de "colocar a Igreja a serviço da libertação das massas" e de praticar "atos indecorosos" que vão desde bacanais no salão paroquial até a pregação do amor livre. O Padre, por sua vez, acusa o Prefeito Alcides Coutinho de grilagem de terras, contando para isto com a proteção do delegado de polícia local, Ricardo Frieger, que no começo desta semana foi afastado do cargo e responde a um inquérito especial instaurado na SSP da Bahia.